

Meta-Investigação sobre Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

Marcelo de Santana Porte, Gabriel Moraes de Outeiro e Cleber Augusto Pereira

Resumo

Objetivou-se caracterizar a produção científica sobre “acessibilidade”, em especial às pessoas com deficiência, à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Realizou-se uma meta-investigação apoiada nos procedimentos metodológicos de análise de conteúdo e análise léxica e de *keywords* aplicados à avaliação dos objetivos de 142 publicações indexadas na Web of Science (WoS) desde 2002. Aplicou-se técnicas baseadas em estatísticas textuais e análise fatorial de correspondência. Os resultados foram apresentados em representações visuais baseadas em análises de similitude com nuvem de palavras, e elucidam o que é publicado na temática da área, pela elaboração de classes temáticas. Emergiram quatro classes temáticas na literatura: atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física; pessoas com deficiência visual no âmbito da educação; barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas; barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades.

Palavras-chave

Acessibilidade; pessoas com deficiência; meta-investigação; saúde; educação.

Abstract The objective was to characterize the scientific production on “accessibility”, especially to people with disabilities, in the light of the Brazilian Law for Inclusion of People with Disabilities (Law 13.146/2015). A meta-investigation was carried out based on the methodological procedures of content analysis and lexical analysis and keywords applied to the evaluation of the objectives of 142 publications indexed in the Web of Science (WoS) since 2002. Techniques based on textual statistics and correspondence factor analysis was applied. The results were presented in visual representations based on similitude analysis with word cloud, and elucidate what is published in the area’s theme, through the elaboration of thematic classes. Four thematic classes have emerged in the literature: health care for people with physical disabilities; visually impaired people in the field of education; attitudinal barriers in higher education in various disabilities; communication and technological barriers suffered by the hearing and visually impaired in university libraries.

Keyword Accessibility; disabled persons; meta- investigation; health. education.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a inclusão social das pessoas com deficiência tem permitido reflexões sobre a acessibilidade, que atualmente abrange aspectos relacionados ao acesso à informação e à comunicação, a adaptações aplicadas a edificações e equipamentos para que todo cidadão possa usufruir de uma vida digna.

Esta conscientização tem ensejado a elaboração de políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e a produção de pesquisas com esta temática. Há pesquisas internacionais sobre acessibilidade, como trabalhos sobre inclusão digital na Austrália (Goggin; Hollier; Hawkins, 2017) e Reino Unido (Lewthwaite; James, 2020), sobre sistemas automatizados de controle de fronteiras para pessoas com deficiência nos aeroportos europeus (Oostveen; Hawkins, 2017), participação política e representação das pessoas com deficiência na Europa (Priestley *et al.*, 2016), e acessibilidade a empregos por meio de transporte público no Canadá (Grisé, *et al.*, 2019).

Em âmbito nacional, destacam-se a análise sobre variáveis associadas à dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde (Amaral *et al.*, 2012); a discussão sobre o impacto da Tecnologia Assistiva (TA) na educação e a inclusão de pessoas com deficiência visual (Bruno; Nascimento, 2019); e o exame da orientação espacial dos alunos com deficiência visual em escola de educação especial (Abate; Kowaltowski, 2017). Existem estudos bibliométricos nacionais dos últimos cinco anos sobre o tema, mas que se

concentraram no campo da ciência da informação (Vianna; Pinto, 2017), ou da educação em geral (Oliveira; Mill, 2016) mas restritos a apenas duas revistas, no período de 1997 a 2014 (Ferreira, 2017). Neste sentido, nota-se a existência de uma carência de análises com a amplitude proposta neste trabalho.

O objetivo principal do presente estudo é realizar a caracterização produção científica sobre *acessibilidade*, em especial às pessoas com deficiência, à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Para isso, será realizada uma meta-investigação que, no presente estudo, é sinônimo do termo “metapesquisa” como utilizado por Mainardes (2018). O autor explicou que a metapesquisa “busca analisar, especialmente, os fundamentos teóricos das pesquisas e o significado destes no desenvolvimento teórico do campo do qual as pesquisas fazem parte” (Mainardes, 2018, p. 306).

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, baseada em análise estatística aplicada ao *corpus* textual, aplicada aos objetivos coletados de 142 publicações, com enfoque na temática de “acessibilidade”, com foco para pessoas com deficiência, indexadas na base de dados Web of Science (WoS). Este procedimento usou como base o processo metodológico realizado por Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018). Ainda na mesma seção poderá ser visto que para concretizar o objetivo do estudo, foi realizada uma análise de conteúdo paralela à análise léxica e de *keywords*, seguindo a vertente de Marchand e Ratinaud (2012). Ademais, serão apresentados os resultados por meio de estatísticas textuais, da classificação hierárquica descendente utilizando o método de Reinert associado à Análise Fatorial de Correspondência (AFC), e das análises de similitude com nuvem de palavras, análogos aos estudos de Machado, Chaise e Elliot (2016) e Pereira, Oliveira e Reis (2020).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Segundo Guerreiro (2012), a pauta de acessibilidade com foco nas pessoas com deficiência entrou na agenda pública há pouco tempo, em especial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que dispõe em seu primeiro artigo que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito (Organização das Nações Unidas, 1948), estabelecendo um marco para a internacionalização dos direitos humanos e reconhecimento da dignidade humana.

O princípio da dignidade foi sendo paulatinamente inserido nas constituições elaboradas após a DUDH (Organização das Nações Unidas, 1948), o que contribuiu para que pessoas com deficiência obtivessem reconhecimento de sua condição (Pereira; Bizelli; Leite 2015). Ainda na esfera internacional, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975 (Organização das Nações Unidas, 1975), e adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006 (Organização das Nações Unidas, 2006).

De forma transversal, outros documentos internacionais trataram das pessoas com deficiência, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, de 1989, que em

seu artigo 23 dispõe que os Estados reconhecem que a criança com deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e decente, em condições que garantam sua dignidade, com direito a receber cuidados especiais, que deve ser gratuita sempre que possível (Organização das Nações Unidas, 1989). Já em 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que proclama que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular, que deverá integrá-las numa pedagogia centrada na pessoa, capaz de atender a essas necessidades (Organização das Nações Unidas, 1994).

Em relação ao sistema regional de proteção dos direitos humanos, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1999, na qual, em seu artigo 3º, os Estados se comprometem a tomar medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (Organização das Nações Unidas, 1999).

A Constituição Federal (CF) de 1988, influenciada pelas mudanças legais e sociais que ocorriam ao redor do globo e no âmbito nacional sobre a temática, com o objetivo de garantir os direitos fundamentais das pessoas, trouxe alguns dispositivos direcionados à proteção das pessoas com deficiência (Brasil, 1988).

O artigo 7º, inciso XXXI, da CF proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (Brasil, 1988). O artigo 23, inciso II da Lei Maior estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (Brasil, 1988). Há também previsão constitucional (Brasil, 1988) para que a lei reserve um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência (art. 37, VIII, CF).

Outros dispositivos asseguram a proteção da pessoa com deficiência por meio da assistência social, que integra o sistema de Seguridade Social (art. 203, IV e V, CF); o atendimento educacional especializado (art. 208, III, CF); a integração social do adolescente e do jovem com deficiência (art. 227, §1º, II, CF); e a previsão de que a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (art. 227, §2º, CF) (Brasil, 1988).

A partir do sistema constitucional que prevê a garantia dos direitos da pessoa com deficiência, leis e atos normativos foram elaborados para assegurar eficácia ao que foi determinado pela Carta Magna. No Brasil, no que tange ao sistema educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9394/1996 (Brasil, 1996) dedicou um capítulo à educação especial e previu a matrícula das pessoas com deficiências na escola regular (Pereira; Bizelli; Leite, 2015). Por conseguinte, foi assegurada aos educandos com deficiência, a instituição de currículos, métodos, recursos educativos e organização

específicos, para atender às suas necessidades e professores com especialização para atendimento especializado.

Em relação ao ensino superior, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 13/2016, em seu artigo 1º, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior devem apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, como Políticas de Ações Afirmativas (Brasil, 2016).

No entanto, em junho de 2020, a Portaria nº 545/2020 revogou a Portaria nº 13/2016, o que acaba afetando as instituições que ainda não haviam definido suas políticas de inclusão social (Brasil, 2020). Para as instituições de ensino que, dentro de sua autonomia definida constitucionalmente, no artigo 207 da CF, instituíram sua política de ações afirmativas, não deve haver prejuízo prático, apesar do retrocesso social com a revogação daquela portaria normativa. Posteriormente, ainda em junho de 2020, a Portaria nº 545/2020 foi tornada sem efeito pela Portaria nº 559/2020.

Na esfera do trabalho, o artigo 93, da Lei Federal nº 8.213/1991 (Brasil, 1991) estabelece cotas compulsórias na admissão e na demissão de pessoas com deficiências para empresas com mais de 100 empregados, que parte de 2% de reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência até 5%, para empresas com 1001 ou mais empregados (Pereira; Bizelli; Leite, 2015).

Estes sistemas de cotas são denominados pela doutrina como discriminação positiva, como forma de materializar a igualdade, ao tratar de forma distintas pessoas que estão em condições diferentes de concorrer no mercado de trabalho (Brito Filhot, 2016).

Mas foi com a Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000), que foi instituída a primeira lei específica para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (art. 1º, Lei n.º 10.098/2000).

A acessibilidade é definida pelo artigo 2º, inciso I, Lei nº 10.098/2000, como a possibilidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasi, 2000).

Já as barreiras que constituem qualquer entrave que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos são classificadas em urbanísticas (as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo); arquitetônicas (existentes nos edifícios públicos e privados); nos transportes (existentes nos sistemas e meios de transportes); e nas comunicações e na informação (entrave ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de

sistemas de comunicação e de tecnologia da informação) pelo artigo 2º, inciso II, Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000).

Para regulamentar esta lei, foi editado o Decreto nº 5.296, que disciplinou o atendimento prioritário, os projetos arquitetônicos e urbanísticos acessíveis, acesso à comunicação e informação, e atribuiu à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a responsabilidade de estabelecer normas técnicas de acessibilidade, que constam na ABNT 9050.

Por fim, em 2015, foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), que acrescentou mais duas espécies de barreiras, as atitudinais, que são atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; e as tecnológicas, como aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (art. 3º, IV, 'e' c/c 'f', Lei n.º 13.146/2015).

ESTUDOS SEMELHANTES SOBRE ACESSIBILIDADE

A ideia de inclusão não deixa de ser um processo de criar espaços nos quais diferentes pessoas, em situações distintas, possam se sentir confortáveis de participar (Medrado; Mello; Tonelli, 2019). Neste sentido, há uma responsabilidade da sociedade e do Estado de criar medidas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Organização das Nações Unidas, 2006), que numa concepção ampla envolve conferir acesso físico para estruturas físicas e para serviços (Moscoso-Porras; Fuhs; Carbone, 2019).

Ocorre que a deficiência é um conceito em evolução (Organização das Nações Unidas, 2006), o que tem ensejado discussões até sobre a nomenclatura mais adequada para se referir a esta condição, que por vezes já chamada de “especial”, mas que sofreu críticas por não ser suficiente para permitir uma identificação pessoal e social precisa (Medrado; Mello; Tonelli, 2019).

Nesta linha de raciocínio, mesmo a expressão “deficiência” é vista com cuidado, pois não se deve lhe atribuir uma conotação negativa ou de inferioridade. A despeito disso, trata-se de palavra utilizada na doutrina e em documentos normativos, nacionais e internacionais, o que permite sua adoção neste estudo.

Segundo Pereira, Bizelli e Leite (2015), ao analisar políticas públicas de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência no ensino superior, concluíram que a universidade está despreparada para lidar com a inclusão, apesar da existência de políticas específicas para essa finalidade, e que há distinções entre a forma como a esfera pública e a privada tratam o tema.

De acordo com Ciantelli e Leite (2016), 55 instituições de ensino superior no Brasil, até 2013, contavam com a presença de núcleos de acessibilidade ativos ou em fase de desenvolvimento, o que demonstra como a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior está cada vez mais presente.

Ainda assim, parte desta conquista se deve às políticas públicas, que se caracterizam como ações afirmativas, que devem garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no contexto universitário nacional (Ciantelli; Leite, 2016). Em outras palavras, o caminho para tornar a acessibilidade uma realidade passa pelo reconhecimento legal de direitos que, em seguida, deve gerar ações estatais concretas.

Para Guerreiro (2012) o direito constitucional à acessibilidade serve como ferramenta para a efetivação do direito social à educação, que se constitui em um processo que requer a mediação das instituições de ensino. Sua pesquisa constata que houve um aumento da legislação que trata das questões de acessibilidade para a pessoa com deficiência e para o crescimento dos estudos nos espaços educacionais. No entanto, Guerreiro (2012) destaca que não basta a adequação do espaço educacional para que a inclusão escolar ocorra, pois os recursos pedagógicos devem ser adequados e o corpo docente e gestor devem ser capacitados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa baseada em análise estatística aplicada ao *corpus* textual dos objetivos coletados de 142 publicações, com enfoque na temática de “acessibilidade”, com foco para pessoas com deficiência, indexadas na base de dados WoS. Tal procedimento usa como base o processo metodológico realizado por Porte, Sauramaral e Pinho (2018), que realizaram uma pesquisa para evidenciar e extrair as temáticas em auditoria alicerçadas nos objetivos dos estudos.

Com o objetivo de caracterizar as pesquisas sobre acessibilidade no Brasil, foi utilizada a base de dados da WoS, sendo utilizado o filtro para selecionar apenas as publicações da SciELO Citation Index, que tivessem artigos indexados na referida base entre 2002 até 2019.

Posteriormente, todos os artigos científicos selecionados foram transferidos para o *software* EndNote e lidas as seções de introdução, metodologia e resultados, com vistas a caracterizá-los com os tipos de barreiras de acessibilidade – urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas – e identificar as deficiências utilizadas como variáveis em suas pesquisas. Apesar da Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, empregar a nomenclatura “barreiras nas comunicações e informações”, o presente estudo utilizará apenas parte do seu nome, sendo definido a partir daqui como “barreiras nas comunicações”, não havendo perda para a sua categorização mediante a lei.

Os 142 objetivos de artigos científicos foram utilizados para a elaboração do *corpus* textual “acessibilidade”. O *corpus* textual foi processado com o auxílio do *software* IRaMuTeQ, gerando o total de 3.427 ocorrências de palavras no *corpus*. Destas, 1.072 foram palavras distintas, sendo 867 formas lematizadas e 521 *hapax*, as palavras que ocorreram uma única vez foram desconsideradas para este estudo. Foram identificados 143 segmentos de textos, os parágrafos, com 795 formas de palavras ativas e 69 formas suplementares. Durante a análise das classes temáticas, o *corpus* textual foi dividido em classes temáticas e apresentou uma retenção de 95,8% de todo o texto processado, o que é adequado para a análise realizada (Reinert, 1990).

Será apresentada nas próximas seções a análise léxica e de *keywords* aplicada aos objetivos dos 142 artigos da amostra. Este método foi alicerçado no estudo de Marchand e Ratinaud (2012), com o auxílio do *software* IRaMuTeQ. Esse sistema serviu como organizador do *corpus* textual e facilitador para o desenvolvimento das estatísticas textuais, da classificação hierárquica descendente pelo método de Reinert associada à Análise Fatorial de Correspondência (AFC), e das análises de similitude com nuvem de palavras.

De acordo com Chaib e Chaib Filho (2014, p. 1), a AFC é “um método para determinar os fatores principais existentes em um conjunto de dados, definindo quais indivíduos ou variáveis pertencem a quais fatores, e com qual intensidade de pertinência tais indivíduos ou variáveis ocorrem em um fator.” Estas análises permitiram selecionar, dentro de um grande volume de informações, uma quantidade reduzida de termos representativos que possibilitaram elucidar o que vem sendo publicado sobre acessibilidade, com foco em pessoas com deficiência, por meio da geração de classes temáticas com características distintas, análogo aos estudos de Machado, Chaise e Elliot (2016) e Pereira, Oliveira e Reis (2020).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

RESULTADOS DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE PELO MÉTODO DE REINERT

Após o processamento da classificação hierárquica descendente pelo método de Reinert, foi elaborado o dendrograma das classes (Figura 1). Obtiveram-se quatro classes temáticas distintas em dois agrupamentos, sendo o primeiro agrupamento formado pela Classe 4, a qual apresentou-se isolada das demais. O segundo agrupamento gerou dois vértices: o primeiro foi dividido e compôs as Classes 3 e 2, que são complementares entre si; o segundo vértice deu origem à Classe 1. O símbolo (f) corresponde à frequência ocorrida por cada termo ao longo de cada classe, e o símbolo (N) é a representação da soma de todas as frequências (f) de cada termo em cada classe.

No dendrograma das classes (Figura 1) os dados estão apresentados por ordem decrescente de frequência. Optou-se, na apresentação do dendrograma, evidenciar apenas as formas ativas que foram selecionadas para suas análises de similitude, por representarem mais fidedignamente suas características, eliminando assim as formas não significativas para a construção de suas classes.

Figura 1 – Dendrograma de classe

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para a construção do dendrograma das classes (Figura 1) foi realizada a classificação hierárquica descendente associada à AFC aplicada pelo método de Reinert, referente aos objetivos dos estudos de acessibilidade. Baseando-se em seu conteúdo, as classes foram assim denominadas:

- a) Classe 1 – Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física;
- b) Classe 2 – Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação;
- c) Classe 3 – Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas;
- d) Classe 4 – Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades.

Nas próximas seções são explicadas individualmente cada classe, por ordem de significância. Para isso utilizou-se os resultados de suas AFCs associados às análises de similitude com nuvem de palavras.

BARREIRAS ATITUDINAIS NO ENSINO SUPERIOR EM DEFICIÊNCIAS DIVERSAS (CLASSE 3)

A Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas” evidenciou na AFC as formas “ação”, “estudante”, “universidade”, “federal”, “educação” e “superior”, todas com *p-value* significativo ($< 0,0001$). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência (*f*) são: “deficiência”, a maior da classe, ocorreu em 21 Segmentos de Textos (ST) na classe; “educação” com 15 ST; e “superior” com 12 ST.

A análise de similitude da Classe 3, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 2, que delinea as principais conexões relacionadas aos termos basilares da classe pelo *corpus* textual, sendo exibido na forma de um grafo. Assim, é possível inferir as principais temáticas por meio da coocorrência entre as palavras.

Figura 2 – Análise de similitude da Classe 3

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Destacou-se nesta Classe 3 que os objetivos dos estudos analisados da amostra contém influência significativa nas “ações” de acessibilidade relacionadas às “políticas” e “programas” no âmbito “público”, que envolvem desde o “acesso” do “estudante” à “educação” “superior”, passando pelo seu processo de “matrícula” e culminando na “permanência” de pessoas com “deficiência” nas “universidades” “federais”.

Os resultados evidenciam que a barreira atitudinal é encontrada de forma expressiva nos estudos que envolvem o ensino superior nas universidades públicas. Foram evidenciadas a falta de atenção dos funcionários nos Restaurantes Universitários, a ajuda de colegas para realização de cópia do material apresentado pelos docentes, a responsabilidade do docente em sala de aula, dentre outras. Isso não exclui a importância dada aos demais estudos envolvendo principalmente:

- a) Barreiras urbanísticas – entre os prédios da instituição (Diniz; Almeida; Furtado, 2019);
- b) Barreiras arquitetônicas – subir e descer degraus (Oliveira, 2013), usar o elevador (Almeida; Ferreira, 2018), ter piso táteis e banheiros adaptados (Anache; Cavalcante, 2018);
- c) Barreiras nas comunicações – informações (Silva; Ferreira, 2017) e materiais (Gesser; Nuernberg, 2017) disponibilizados em braile;
- d) Barreiras tecnológicas – acessibilidade digital (Lazzarin; Sousa, 2015) e tecnologias assistivas (Vianna; Pinto, 2017).

Ademais, a presente classe não obteve destaque para um único tipo de deficiência, seguindo assim a tendência da maioria dos estudos encontrados na amostra, que relacionam mais de uma deficiência em seus indicadores, ou não especificam o tipo deficiência no seu processo de análise.

ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (CLASSE 1)

A Classe 1 “Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física” evidenciou na AFC as formas “saúde”, “serviço”, “atenção” e “criança”, todas com *p-value* significativo ($< 0,0001$). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência (*f*) são: “saúde”, a maior da classe, ocorreu em 14 ST; “deficiência” com 11 ST; e “serviço” com 9 ST.

A análise de similitude da Classe 1, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 3, que delineia as principais conexões mantendo a paridade em relação a Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”. Ressaltou-se na Classe 1 a evidência significativa de estudos com foco em acessibilidade do “usuário”, especialmente “crianças” e “idosos” com “deficiência” “física”, ao “acesso” à “saúde”. Ademais, é dada importância ao “espaço” interno dos “serviços” “públicos” voltados à “atenção” “básica” e “primária” na “saúde”, além de variáveis que afetem a “qualidade” de “vida” dessas pessoas.

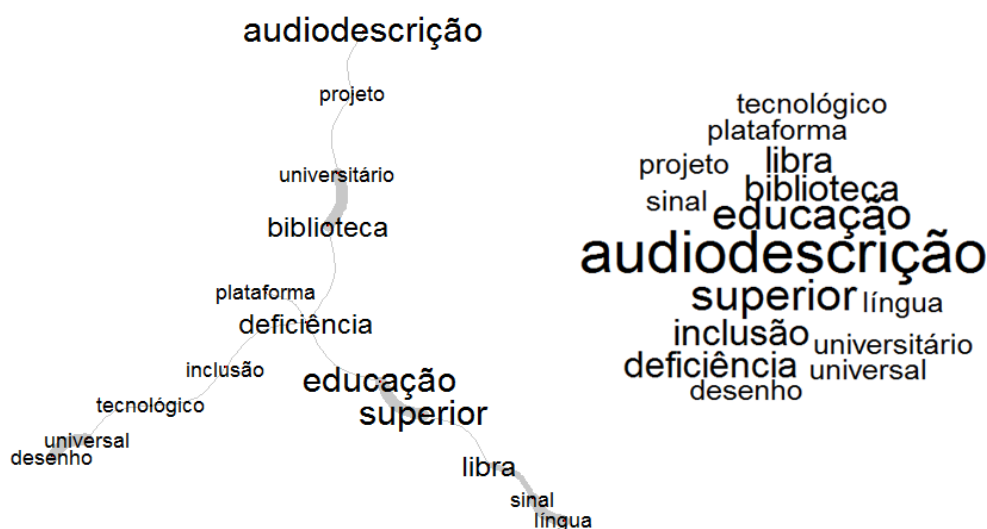
Diferentemente da Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”, a presente classe não apresentou uma barreira única mais expressiva. Contudo, a deficiência física foi a mais relevante nos estudos de acessibilidade que estão relacionados ao âmbito da saúde.

BARREIRAS NAS COMUNICAÇÕES E TECNOLÓGICAS SOFRIDAS PELOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES (CLASSE 4)

As principais formas que definem o perfil da Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades”, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), ordenadas por frequência (f) são: “audiodescrição”, “educação” e “superior”, que obtiveram os maiores ST na classe, sendo 5 para cada uma. A análise de similitude da Classe 4, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 4, que delinea as principais conexões mantendo a paridade em relação a Classe 1 “Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física” e a Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”.

Evidenciou-se nesta classe as investigações sobre acessibilidade focadas nas “bibliotecas” “universitárias”, especialmente nas “deficiências” existentes para o usuário da “língua” brasileira de “sinais” (“libras”) nas “plataformas” utilizadas na “educação” “superior”, a fim de evidenciarem seus parâmetros de “inclusão” “tecnológica”. Além disso, há estudos focados em “desenho” “universal” e “projetos” de “audiodescrição” para aumentar o desenvolvimento dos estudantes universitários (ver Figura 4).

Figura 4 – Análise de similitude da Classe 4



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os estudos que abordam a temática de deficiência visual no âmbito das bibliotecas universitárias têm forte tendência para analisar, em suas variáveis, as barreiras nas comunicações e tecnológicas. Há uma convergência nos estudos a dar ênfase à acessibilidade e usabilidade dos *websites* das bibliotecas e base de dados, além de analisarem os tipos de *softwares* e

equipamentos que podem diminuir as dificuldades do portador de deficiência visual. Não devemos esquecer que além dessas barreiras, outras são comuns aos estudantes universitários, conforme evidenciadas na Classe 3.

Por fim, será apresentada a Classe 2 “Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação” que obteve o percentual de 23,36% de retenção em relação ao total do *corpus* textual. Excepcionalmente, a próxima classe tem elevada similaridade com a Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas” por serem derivadas da mesma bifurcação que as gerou no Dendrograma de Classes (Figura 1), e por dar significância à educação aplicada às pessoas com deficiência visual.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO (CLASSE 2)

A Classe 2 “Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação” evidenciou na AFC as formas “visual”, “inclusão” e “aluno”, todas com *p-value* significativo ($< 0,0001$). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência (*f*) são: “deficiência”, a maior da classe, ocorreu em 17 ST na classe; “visual” com 13 ST; e “inclusão” com 11 ST. A análise de similitude da Classe 2, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 5, que delinea as principais conexões mantendo a paridade em relação as classes apresentadas anteriormente.

Figura 5 – Análise de similitude da Classe 2



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nesta classe realçou-se abordagem das pesquisas pertinentes as “barreiras” de acessibilidade, principalmente as relacionadas ao processo de “educação” “escolar”, sofridas pelos

“alunos” que possuem “deficiência” “visual” dentro do processo de “inclusão” para fomentar a sua “participação”, “aprendizagem” e “desenvolvimento” no “ensino”.

Diferentemente da Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades”, que também aborda a temática da deficiência visual no âmbito do ensino superior, especificamente nas bibliotecas, a presente classe direciona seus estudos para o campo da educação não associados ao nível superior. Além disso, no lugar de ter foco em duas barreiras, essa classe não tem direcionamento para uma barreira específica. As principais barreiras relacionadas à Classe 2 foram:

- a) Barreiras arquitetônicas – acessibilidade física (Leite; Campos, 2018) no âmbito geral;
- b) Barreiras nas comunicações – uso da audiodescrição (Eich; Schulz; Pinheiro, 2017; Kersch; Marques, 2016);
- c) Barreiras Tecnológicas – tecnologia assistiva (Bruno; Nascimento, 2019) e aplicativo com acessibilidade digital (Leria *et al.*, 2018).

Assim, foram apresentadas as quatro classes temáticas que emergiram pela aplicação do método de Reinert aos 142 estudos da amostra.

ACESSIBILIDADE DISTRIBUÍDA PELAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Mediante a análise dos objetivos de 142 estudos direcionados à acessibilidade, os dados mostram uma interdisciplinaridade do seu tema. Os resultados apresentam estudos associados a periódicos desde a área da administração, arquitetura, ciências da comunicação, ciência da informação, educação física, engenharia, letras até saúde e educação, sendo essas últimas áreas com maior concentração dos estudos encontrados na amostra. Vale ressaltar que a área da saúde contém uma diversidade de subáreas, podendo ser encontrados estudos sobre acessibilidade em periódicos de Audiologia, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Geriatria, Gerontologia, Oftalmologia, Psicologia, Saúde Coletiva, Saúde Pública e Terapia Ocupacional.

Seguindo a tendência das principais áreas dos periódicos utilizados na amostra, foi possível evidenciar uma classe específica para a saúde, formada pela Classe 1 “Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física” com estudos direcionados ao atendimento realizado pelos distintos postos de atendimento à saúde no território brasileiro. Os resultados apresentaram a existência de estudos sobre acessibilidade, com maior evidência à atenção básica e primária na saúde para adultos, além da saúde das crianças.

A área de educação obteve representatividade com a formação de três classes: Classe 2 “Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação”; Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”; e a Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades”. Há uma tendência para a acessibilidade no âmbito da educação, em especial

para o nível superior público e os serviços oferecidos por suas bibliotecas. Emergiu nas classes supracitadas estudos direcionados com maior destaque para ações de políticas públicas, principalmente as ligadas aos projetos com ações afirmativas nas universidades, e para estudos abordando a inclusão dos alunos na escola e na universidade.

CONCLUSÃO

Neste artigo, houve destaque para elucidar o que vem sendo publicado sobre acessibilidade em periódicos nacionais, aproximadamente, nas duas últimas décadas. Apesar de o Brasil possuir uma legislação que garanta o direito à acessibilidade aos que precisam, principalmente às pessoas portadoras de alguma deficiência, os achados deste estudo demonstram o quão é importante dar seguimento à aplicação da lei na prática. Afinal, se a lei atendesse de forma plena a necessidade das pessoas que necessitam de acessibilidade, a literatura científica não estaria dando tanto espaço para as barreiras sofridas no dia a dia daqueles que mais precisam da aplicabilidade da lei.

Foi possível detectar quatro classes temáticas que emergiram como sendo proeminentes na literatura: Classe 1 – Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física; Classe 2 – Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação; Classe 3 – Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas; Classe 4 – Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades.

As descobertas dessas classes comprovam a atenção especial que deve ser direcionada às pessoas com deficiência que procuram o atendimento público de saúde e a inclusão e acessibilidade de estudantes nas escolas e universidades brasileiras.

Um fator limitante é que a SciELO Citation Index contém artigos indexados na WoS desde 2002. Dessa forma, não foram analisadas todas as demais publicações que estão na SciELO Citation Index, em relação as pesquisas de periódicos brasileiros. Esse limitador fornece uma abertura para uma ampliação ao desenvolvimento do estado da arte na presente temática, principalmente ao considerar a inserção de outras bases de dados que contenham periódicos brasileiros.

Pode-se perceber o foco direcionado aos estudos relacionados aos serviços oferecidos no segmento público, por tais motivos, sugere-se que sejam realizados estudos comparativos, do mesmo segmento, entre entidades públicas e privadas e, por que não, realizar comparações dos serviços públicos brasileiros com de outros países como os Estados Unidos e países da Europa.

REFERÊNCIAS

ABATE, T. P.; KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Avaliação de pisos táteis como elemento de wayfinding em escola de ensino especial para crianças com deficiência visual. *Ambiente Construído*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 53-71, 2017.

ALMEIDA, J. G. A.; FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 22, n. spe, p. 67-75, 2018.

AMARAL, F. L. J. S.; MOTTA, M. H. A.; SILVA, L. P. G.; ALVES, S. B. Fatores associados com a dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 17, n. 11, p. 2991-3001, 2012.

ANACHE, A. A.; CAVALCANTE, L. D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 22, n. spe, p. 115-125, 2018.

BAHIA, M. S.; SCHOMMER, P. C. Inserção profissional de pessoas com deficiência nas empresas: responsabilidades, práticas e caminhos. *Organizações & Sociedade*, [s.l.], v. 17, n. 54, p. 439-461, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências*. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Portaria normativa nº 545, de 16 de junho de 2020. Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016*. Brasília, 2020. Disponível

em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-545-2020-06-18.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Portaria normativa n. 559, de 22 de junho de 2020: Torna sem efeito a Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRITO FILHO, J. C. M. *Ações afirmativas*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2016.

BRUNO, M. M. G.; NASCIMENTO, R. A. L. Política de acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. *Educação & Realidade*, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 1-15, 2019.

CAMARGO, E. P.; NARDI, R. O emprego de linguagens acessíveis para alunos com deficiência visual em aulas de Óptica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 405-426, 2008.

CAMARGO, E. P.; NARDI, R.; VERASZTO, E. V. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 3401-3413, 2008.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 179-194, 2014.

CAVALCANTI, P. B.; ELY, V. H. M. B.; JEREMIAS, D. M.; SCHNEIDER, J. P.; SILVA, M. V.; BORTOLUZZI, T. V. C. Avaliação pós-ocupação de unidades de emergência hospitalares de Florianópolis: problemas recorrentes e possíveis soluções. *Ambiente Construído*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 171-186, 2019.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P.; NUERNBERG, A. H. Atuação do psicólogo nos “núcleos de acessibilidade” das universidades federais brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 303-311, 2017.

CHAIB, F.; CHAIB FILHO, H. Aplicação da Análise Fatorial de Correspondências na Avaliação da Influência do Gesto na Performance Musical em Percussão[4]. *Proceeding Series of the Brazilian Society of Applied and Computational Mathematics*, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 1-7, 2015.

DINIZ, I. C. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. C. University libraries: the role of an accessible campus on the inclusion of users with special needs. *Transformação*, [s.l.], v. 31, p. 1-12, 2019.

EICH, M. S.; SCHULZ, L. O.; PINHEIRO, L. S. Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [s.l.], v. 56, n. 2, p. 443-459, 2017.

FERREIRA, N. C. S. et al. Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014. *Revista Eletrônica de Educação*, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 804-816, 2017.

FIALHO, J.; SILVA, D. O. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 153-168, 2012.

GASPAROTO, M. C.; ALPINO, Â. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 337-354, 2012.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. *Educar em Revista*, [s.l.], v., n. spe.3, p. 151-166, 2017.

GIRONDI, J. B. R.; SANTOS, S. M. A. Deficiência física em idosos e acessibilidade na atenção básica em saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 378-384, 2011.

GOGGIN, G.; HOLLIER, S.; HAWKINS, W. Internet accessibility and disability policy: lessons for digital inclusion and equality from Australia. *Internet Policy Review*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-18, 2017.

GRISÉ, E.; BOISJOLY, G.; MAGUIRE, M.; EL-GENEIDY, A. Elevating access: Comparing accessibility to jobs by public transport for individuals with and without a physical disability. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, [s.l.], v. 125, p. 280-293, 2019.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*, [s.l.], v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012.

KERSCH, D. F.; MARQUES, R. G. Saímos do cinema de alma lavada: multiletramentos e trabalho interdisciplinar na produção de curtas de acessibilidade midiática. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [s.l.], v. 55, n. 1, p. 77-99, 2016.

LAZZARIN, F. A.; SOUSA, M. R. F. Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 75-91, 2015.

LEITE, G. G.; CAMPOS, J. A. P. P. Percurso escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, nível ensino médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 17-32, 2018.

LERIA, L. D. A.; FILGUEIRAS, L. V. L.; SILVA, F. J. F.; FERREIRA, L. A. Enem acessível: autonomia para a pessoa com deficiência visual total no Exame Nacional do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 103-120, 2018.

LEWTHWAITE S.; JAMES A. Accessible at last?: what do new European digital accessibility laws mean for disabled people in the UK?. *Disability & Society*, [s.l.], v. 35, n. 8, p. 1360-1365, 2020.

MACHADO, T. R.; CHAISE, R. M.; ELLIOT, L. G. A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas políticas públicas: o Programa Segundo Tempo. *Meta: Avaliação*, [s.l.], v. 8, p. 1-20, 2016.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. *Educar em Revista*, [s.l.], v. 34, n. 72, p. 303-319, 2018.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). *Actes des 11eme Journées Internationales d'Analyse Statistique des Données Textuelles. JADT*, p. 687-699, 2012.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 45-64, 2009.

MARQUES, J. F.; ÁFIO, A. C. E.; CARVALHO, L. V.; LEITE, S. S.; ALMEIDA, P. C.; PAGLIUCA, L. M. F. Acessibilidade física na atenção primária à saúde: um passo para o acolhimento. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, [s.l.], v. p. 39, 1-6, 2018.

MEDRADO, B. P.; MELLO, D.; TONELLI, J. R. A. Inclusive practices and policies in language teacher education courses. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 1-23, 2019.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de acessibilidade nas universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 22, n. spe, p. 57-66, 2018.

MELO, F. R. L. V.; MARTINS, L. A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 111-130, 2007.

MOSCOSO-PORRAS, M.; FUHS, A. K.; CARBONE, A. Access barriers to medical facilities for people with physical disabilities: the case of Peru. *Cadernos de Saúde Pública*, [s.l.], v. 35, n. 12, p. 1-11, 2019.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 863-872, 2013.

NOVELLI, V. A. M.; HOFFMANN, W. A. M.; GRACIOSO, L. S. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 30-51, 2014.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 18, n. 55, p. 961-984, 2013.

OLIVEIRA, C. D.; MILL, D. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 1169-1183, 2016.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração universal dos direitos humanos*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=789>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 6 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-65.htm>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 13 dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OOSTVEEN A. M.; LEHTONEN P. The requirement of accessibility: European automated border control systems for persons with disabilities. *Technology in Society*, [s.l.], v. 52, p. 60-69, 2018.

PAULA, K. M. P.; ENUMO, S. R. F. Avaliação assistida e comunicação alternativa: procedimentos para a educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 3-26, 2007.

PEREIRA, C. E. C.; BIZELLI, J. L.; LEITE, L. P. Acessibilidade e deficiência na universidade: política de recursos humanos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s.l.], v.10, n. esp., p. 631-642, 2015.

PEREIRA, C. A.; OLIVEIRA, P. M.; REIS, M. J. C. S. Processos e metodologias não-tradicionais no ensino superior de Engenharia Elétrica: a percepção de coordenadores de curso em dois países lusófonos. *Meta: Avaliação*, [s.l.], v. 12, n. 34, p. 211-246, 2020.

PORTE, M.; SAUR-AMARAL, I.; PINHO, C. Pesquisa em auditoria: principais temas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, [s.l.], v. 29, n. 76, p. 41-59, 2018.

PRIESTLEY M.; STICKINGS M.; LOJA E.; GRAMMENOS S.; LAWSON A.; WADDINGTON L.; FRIDRIKSDOTTIR B. The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism. *Electoral Studies*, [s.l.], v. 42, p. 1-9, 2016.

REINERT, M. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.

SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 349-366, 2015.

SANTOS, A. S.; PORTES, A. J. F. Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [s.l.], v. 27, p. 1-9, 2019.

SILVA, J. S. S.; FERREIRA, W. B. Sombreado a pessoa com deficiência: aplicabilidade da técnica de sombreado na coleta de dados em pesquisa qualitativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 185-200, 2017.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 127-136, 2010.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017.